

Pensando a Pauta Investigativa: Uma Proposta Instrumental¹

Eduarda HILLEBRANDT²

Matheus VIEIRA³

Samuel LIMA⁴

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

O artigo busca refletir sobre a metodologia de reportagem investigativa a partir de um modelo instrumental para o estudo de viabilidade da pauta. O modelo foi desenvolvido na disciplina Jornalismo Investigativo da UFSC a partir da conceituação de reportagem investigativa em Solano (2010) e da metodologia indiciária proposta por Lima (2012), buscando referências da práxis profissional em Sequeira (2005) e Vasconcelos (2008).

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo investigativo; metodologia de apuração; elementos de pauta.

1 Conceitos básicos

O entendimento de jornalismo investigativo como gênero jornalístico ainda não é consolidado entre os profissionais da área, que compreendem a investigação como elemento basilar do jornalismo. Como bem aponta Fortes (2012) “até o surgimento das facilidades das ferramentas eletrônicas de busca, toda apuração, por mais simples que fosse, tomava ares de investigação” (FORTES, 2012, p. 9). Esse fácil acesso a certas informações no jornalismo contemporâneo torna a conceituação de jornalismo investigativo mais importante do que nunca.

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação. 8º semestre do Curso do Jornalismo da UFSC, e-mail: dudahillebrandt@gmail.com.

³ Estudante de Graduação. 8º semestre do Curso de Jornalismo da UFSC, e-mail: matheusjorvieira@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFSC, e-mail: samuca13@gmail.com.

Primeiro, devemos esclarecer o que *não* é jornalismo investigativo. Nesse caso, tanto Nascimento (2010) quanto Fortes (2012) afirmam que a exposição de escândalos, corrupção e denúncias vindas de órgãos públicos como Ministério Público, Tribunal de Contas e Polícias — Lava Jato, por exemplo — não são investigações. Kovach e Rosenstiel (2007) classificam esse conjunto como jornalismo sobre investigações, uma forma do governo demonstrar serviço e reforçar sua própria narrativa. Também não pertence à categoria de jornalismo investigativo notícias diárias relativas a eventos, coletivas de imprensa, ou majoritariamente embasadas em *releases*.

Não foram muitos os autores que tentaram cristalizar a prática como um gênero jornalístico, como aponta Sequeira (2005), para quem os autores que reconheceram o jornalismo investigativo como gênero e tentaram conceituá-lo não o fizeram com a clareza necessária. Sequeira fez então uma revisão da literatura sobre o assunto e propôs uma definição, a qual utilizaremos aqui:

O jornalismo investigativo tem como função desvendar as causas, as origens de um acontecimento, sem nunca ficar limitado ao factual; driblar *lobbies* e estratégias de *marketing* usadas por assessores de imprensa, na sua função de criar uma imagem positiva diante da sociedade dos grupos políticos, econômicos e sindicais que representam. É função ainda do jornalismo investigativo seguir o rastro de histórias ou acontecimentos que, em determinado momento, foram notícia, mas acabaram saindo das páginas dos jornais — com o objetivo de checar se esses fatos, da forma como foram divulgados, não trouxeram prejuízos à sociedade (SEQUEIRA, 2005. p.112-113).

A figura do repórter no campo do jornalismo investigativo precisa dominar diferentes técnicas e ser capaz de imergir em um tema com concentração e dedicação, mantendo a ética e cumprindo com quesitos básicos, como a checagem de fatos, em situações complexas, que geralmente envolvem grandes bancos dados, como é o caso da investigação de Watergate. O jornalista investigativo é tido por Burgh (2008) como "um indivíduo cuja profissão é descobrir a verdade e identificar lapsos em qualquer mídia disponível".

Visando tornar o processo de proposição da pauta investigativa mais reflexivo e menos intuitivo já no momento embrionário, construímos na disciplina de Jornalismo

Investigativo, no primeiro semestre de 2018, um modelo de proposta de pauta, o qual leva em consideração fatores mercadológicos, acadêmicos e práticos. O instrumental foi desenvolvido por Samuel Lima com contribuição dos autores para a disciplina. O produto final desta experiência, que já foi exposto por Lima (2018), será apresentado e analisado aqui sob o ponto de vista discente.

2 Relevância do Planejamento

Entre as metodologias de reportagem investigativa detalhadas em Sequeira (2005), identifica-se a aplicação corrente de um estudo de viabilidade, que seria a ferramenta mais próxima de um planejamento metodológico. Rubens Valente, repórter investigativo do jornal Folha de S. Paulo, menciona os elementos que considera na sondagem de viabilidade. “Ao surgir um tema novo, ele é submetido à direção do jornal, para a qual Rubens faz um relatório avaliando o tempo presumível que será consumido nas apurações e na redação da matéria” (SEQUEIRA, 2005, p. 134). O relatório lista, em linhas gerais, as viagens necessárias, principais fontes e documentos da pauta.

O instrumental de viabilidade aparece em diferentes escolas de investigação. Paul Williams, editor do paradigmático caso Watergate, entende que a melhor forma de viabilizar a reportagem investigativa seria, após a escolha segura e assertiva da pauta, realizar um estudo que contemple aspectos mercadológicos, inclusive potenciais consequências da reportagem para a publicação. Outros aspectos seriam orçamento, cronograma, período histórico de abrangência e equipe envolvida (Ibid., p. 146).

De outra sorte, no âmbito teórico, a sistematização de metodologias se dá em um movimento de consolidação de técnicas jornalísticas em uma área de conhecimento fragmentada. Christofolletti (2012) acredita que a aproximação entre academia e o mundo do trabalho pode eliminar tal fragmentação nas duas pontas.

Não se trata apenas de produzir manuais de reportagem, mas de pensar a teoria e a prática a partir dos procedimentos aperfeiçoados do cotidiano, suas dificuldades, impasses e

inconsistências. Não se trata também de despejar sobre os jornalistas uma avalanche de ditames que burocratizem o trabalho nas redações, que atravanquem o fluxo das informações e engessem suas ações. Mas consolidar métodos de apuração, de investigação de dados, e de tradução e empacotamento de a informações são muito bem-vindos na medida em que cristalizam e disseminam os acertos e as melhores práticas na área. (CHRISTOFOLETTI, 2012, p. 14).

O levantamento bibliográfico evidencia, então, uma demanda por incorporação da análise sobre a viabilidade nas redações e a busca por eliminação da lógica de tentativa-erro no campo teórico. Um instrumental que contemple os aspectos de execução, planejamento metodológico e reflexão teórica, portanto, se mostrou relevante para a disciplina de Jornalismo Investigativo.

3 Modelo de Proposta de Pauta

O modelo de proposta de pauta disponível no Anexo I e detalhado nos próximos tópicos é uma incursão pelos elementos estruturantes da pauta investigativa, de acordo com os aspectos de viabilidade considerados no levantamento teórico. O instrumental foi desenvolvido e aplicado na disciplina de Jornalismo Investigativo como forma de análise de viabilidade das pautas investigativas, apreensão conceitual do gênero de reportagem investigativa e reflexão metodológica.

3.1 Proposta de pauta

A proposta de pauta começa com o *lead*, seguindo o conceito de *lead* clássico, de Lage (2005), para quem

a origem do lead não está relacionada à tradição literária (ao épico, lírico, trágico), mas ao uso oral, isto é, à maneira como, numa conversação, alguém relata algo a que assistiu. Sua natureza é pragmática, ou seja, relacionada às condições

da comunicação e à intenção de torná-la eficaz (LAGE, 2005, p.74).

Ele define o *lead* clássico como sendo aquele em que o primeiro parágrafo tem ordenado quem/o que, fez o quê, quando, onde, como, por quê/ para que numa lógica de maior importância, excluindo o verbo. Ou seja, a ordem dos tópicos varia de de acordo com o tema principal da reportagem. Essa ideia de *lead* é empregada na proposta de pauta para que o editor ganhe interesse na história rapidamente, assim como um leitor o faria.

Em seguida, evoca-se a intenção de escolha de um veículo alvo, ou seja, aquele que for mais coerente para o trabalho realizado, pois, os veículos jornalísticos costumam ter manuais de redação, interesse por determinados tipos de pauta, recortes específicos e angulações que melhor se alinhem às posições editoriais. E isso não serve apenas para *freelancers*, muitos são os grupos de mídia que detém mais de um veículo jornalístico e dão aos seus funcionários liberdade de transitar entre eles. São considerados veículos também editoras de livro, produtoras de documentários ou editais com plataforma própria.

Da mesma forma que o veículo pode ajudar a determinar o produto final, o formato indica quais serão as dificuldades e os instrumentos necessários para realização da reportagem na sua versão mais utópica. Afinal, uma reportagem multimídia não só exigirá vídeos, fotografias e infográficos, mas também uma equipe maior, da mesma forma que um livro, na prática, depende apenas do autor e uma matéria para TV de um produtor, um editor, um *cameraman* e um repórter. Para além da equipe, cada formato exige uma abordagem diferente com as fontes, uma vez que na televisão, a exposição é tão grande que o risco não diminui mesmo com a promessa de ocultar a identidade da fonte. Desse modo, o formato final se torna essencial para a definição de um cronograma e uma metodologia.

O *deadline* é a última coisa a ser posta na sessão proposta de pauta; sua justificativa se dá pelo formato e o lead e não o contrário — claro que na prática um jornal pode negá-lo dois meses de apuração, oferecer um, o que não necessariamente tornará o produto inviável, mas muito provavelmente diminuirá a qualidade esperada. O

deadline é relevante, entretanto, pois dimensiona o tempo de dedicação e, logo, o possível custo da dedicação. No contexto atual — redações cada vez mais enxutas e sem verba —, o editor terá muito provavelmente predileção pelas coisas menos incertas e menos arriscadas, como as reportagens sobre investigações — como bem aponta Nascimento (2010).

3.2 Pré-apuração

Ainda na lógica de persuasão e detalhamento, o eixo de pré-apuração é o espaço para defesa da relevância da investigação. A pré-apuração deve evidenciar o nível de confiança do próprio repórter na aposta e seu preparo para ir a campo. O eixo de pré-apuração está subdividido em indícios da história, valores-notícia e origem da pauta. O indício, em termos gerais, é a informação que levantou a suspeita do repórter, captada por meio de fontes testemunhais, documentais, dados, padrões e/ou lacunas informativas. O indício deve evidenciar a base lógica e factual sobre a qual o repórter está trabalhando, permitindo ao leitor verificar se a reportagem não está partindo de generalizações, concepções preconceituosas de mundo ou até mesmo imaginação. Se não há clareza sobre o indício que motiva a investigação, dificilmente a metodologia será assertiva.

A unidade de valor-notícia tem relação com o alinhamento editorial da publicação e ideais em jogo. O valor-notícia no campo jornalístico representa os critérios de maior impacto e relevância no julgamento da noticiabilidade de um fato. Diferentes conjuntos de valores-notícia foram propostos no percurso teórico do Jornalismo, conforme compilação de Silva (2005), que aponta que “valores-notícia funcionam como critérios de boa orientação, consolidados na prática histórica; uns mais persistentes e outros mais mutáveis” (SILVA, 2005, p. 98). Os valores não são, portanto, consolidados, pois a emergência da cobertura de direitos humanos, por exemplo, tornou feminicídio, violência policial, racismo e homofobia conceitos-chave no quadro de noticiabilidade.

O último elemento de pré-apuração no modelo é a origem da pauta, que detalha o primeiro contato do repórter com a história. O registro da origem pode mostrar a perspicácia da observação e possíveis interesses envolvidos em determinada investigação.

3.3 Angulação

Toda investigação parte de alguma suposição. Exemplo: um repórter, ao notar que uma obra de posto de saúde está demorando cinco anos para ser completa, supõe um desvio de dinheiro de alguma das partes. Partindo disso, ele começa a pré-apurar essa possibilidade, para então garantir sua pauta. Para bem ilustrar isso no modelo de proposta de pauta investigativa, pusemos o tópico *hipótese*, emprestado da pesquisa acadêmica. Utilizamos aqui a explicação apresentada por Lakatos e Marconi (2009): "Assim, a hipótese é uma proposição antecipadora à comprovação de uma realidade (correlação real entre variáveis); propomos, por meio dela, uma resposta a um problema, sem sabermos se as observações, fatos ou dados, a provarão ou refutarão" (LAKATOS e MARCONI, 2009, p.144).

Entretanto, é necessário ir além da suposição e se preparar para lidar com a refutação de sua ideia. Braga (2005) alerta que não se deve desistir de uma pesquisa por causa da simples refutação da hipótese inicial.

Além de ser frustrante fazer uma pesquisa apenas para provar que estamos errados, isso dificilmente ocorrerá. Primeiro, porque, motivados pelo insight, trabalharemos tendencialmente para provar essa ideia – gerando uma cegueira involuntária para todos os dados que a contrariem. Segundo, porquanto provavelmente uma ideia gerada por forte envolvimento com a situação é mesmo verdadeira (isto é, válida para o espaço e conjuntura em que foi proposta) e se sustenta pela própria constatação ao vivo, sem precisar de pesquisa para o demonstrar (BRAGA, 2005, p. 292).

Assim, antes de embarcar em uma pauta investigativa, o repórter deveria pensar sobre a história mínima que a apuração pode render e a história máxima — reflexão proposta pela repórter Marisa Kwiatkowski, do jornal Indy Star, dos Estados Unidos, em palestra no XIII Congresso da Abraji, em 30 de junho de 2018. Essa ideia do mínimo e do máximo é apresentada também por Hunter, Sengers e Thorden (2013):

Com que mínimo você pode se comprometer a apresentar, em termos de histórias prontas? E com que máximo? - Sugerimos que o mínimo seja uma única história original, baseada na hipótese inicial ou em uma hipótese diferente, descoberta por meio da verificação. Se a hipótese for suficientemente fértil, ela pode ser expandida para uma série, ou para uma narrativa de longa extensão. Não prometa mais do que você pode apresentar, e procure não aceitar menos do que o projeto merece. (HUNTER; SENGENERS; THORDEN, 2013, p.25)

Continuemos a usar o exemplo dos postos de saúde. Qual a história máxima que esse repórter pode tirar? Um escândalo de corrupção envolvendo a pasta da saúde no Estado. Qual a mínima? Uma reportagem explicativa, talvez até infográfica, sobre as dificuldades de levar uma obra até o final no Brasil atual e a incompetência das relações entre estado e empresas.

3.4 Questões de Partida

A investigação jornalística tem muitas questões a serem respondidas, muito mais do que simplórias *quem matou, quem roubou, será que é verdade?* A investigação jornalística está profundamente preocupada com narrativa e encanto do leitor. Nesse sentido, definimos que há uma pergunta geral a ser respondida. Num caso como o do Vladimir Herzog, a pergunta poderia ser "quem matou", ou "suicídio ou homicídio?". A pergunta geral é algo muito próximo do problema na pesquisa científica: "O *problema*, assim, consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução ou é uma pesquisa ou pode ser resolvido por meio de

processos científicos" (LAKATOS; MARCONI, 2009, p.140, grifo nosso). Para melhor satisfazer as necessidades narrativas e explanatórias, surgem as questões específicas. Qual o caminho que levou Herzog àquele lugar? Quanto foi gasto nessa operação? Como se deram os dias que antecederam o assassinato?

3.5 Metodologia da Reportagem

O campo da metodologia da reportagem é aquele no qual o repórter mais encontrará esforço intelectual, uma vez que seu trabalho se resumirá em destrinchar sua futura ação em partes sistemáticas e bem planejadas. A metodologia ajuda a encurtar caminhos, a direcionar o trabalho para torná-lo mais produtivo (ARBEX, 2012, p. 176-177).

O primeiro caminho para definir bem a metodologia é descobrir por quais fontes começar a investigação. Quem pode dar informações que levem adiante, quem é a pessoa que pode arranjar documentos, ou mediar seu trânsito por regiões consideradas perigosas, ou até mesmo mediar contato com outras fontes importantes mas inalcançáveis pelos meios comuns? Chamamos estas de fontes primárias e devem ser definidas de acordo com a proximidade que têm com o objeto de investigação e o potencial de oferecer informações aprofundadas. Como Hanson e Hunter (2013) afirmam: "As informações mais animadoras normalmente não estão em fontes abertas – e sim nas mentes das pessoas." (HANSON; HUNTER, 2013, p.38).

É importante que, ao preencher esse campo, o repórter já tenha em mente qual será a abordagem para convencer as fontes a falar, principalmente quando consideramos que a maioria das reportagens investigativas irão tratar de temas delicados, que põem fontes e jornalistas em risco. Por isso, manter o anonimato e proteger a fonte é crucial para a investigação.

1. Em primeiro e último lugar: Proteja o anonimato da fonte. A coisa mais importante que você pode fazer em uma investigação é proteger a confidencialidade de fontes que poderiam correr riscos por estarem em contato com você. Esse requisito é especialmente forte quando estamos falando de fontes que pedem para permanecer anônimas. A promessa do anonimato significa que você deve fazer

tudo para não deixar qualquer traço em relação às fontes. Isso inclui situações nas quais as suas anotações podem ser confiscadas por policiais ou advogados.(HANSON; HUNTER, 2013, p.43. grifo nosso).

As fontes documentais costumam ter as provas cabais para o que o repórter está apontando, elas que corroboram definitivamente com a hipótese levantada — se este for o caso. Mas, antes de começar uma apuração propriamente dita, o repórter precisa saber onde encontrar um documento e mais importante ainda, quais são os documentos necessários, ao menos para o começo da investigação. Inclusive, muitas vezes, parte da pré-apuração ocorre justamente a partir do vasculho de documentação pública. "Um trabalho completo de documentação, antes do início da apuração, permitirá ao repórter avançar com maior segurança pelo escorregadio mundo dos informantes" (SEQUEIRA, 2005, p. 93).

O local de apuração deve ser pré-estabelecido, por mais que no andar da investigação a área delimitada tenha de ser expandida. Isso porque a definição inicial de por onde se transitará ajudará a prever perigos, dificuldades, aprendizados necessários para melhor se comunicar com nativos, os gastos de locomoção, estadia e as medidas de profilaxia que podem surgir dependendo das especificidades sanitárias de determinada região.

O tópico de técnicas de apuração não serve apenas para prever as necessidades e peculiaridades da pauta, mas também para que a equipe — principalmente o repórter — tenha clareza quanto aos limites éticos envolvidos na apuração. As técnicas podem ir desde uma metodologia mais clássica, baseada em cruzamento de relatos e documentos, até ações densas e até mesmo ilegais, ou legalmente questionáveis, como *hacking*, falsidade ideológica, tocaia, câmara oculta etc.

3.6 Planejamento de Campo

O eixo de planejamento de campo contempla equipe envolvida e respectivas funções, inventário de equipamentos disponíveis, plataformas de armazenamento e proteção.

Esse eixo se refere estritamente aos recursos materiais e humanos arrolados na investigação e medidas de segurança voltadas para os integrantes da equipe, fontes colaboradoras e vulneráveis, integridade do inventário e segurança digital dos dados. A metodologia de apuração precede o presente eixo porque o planejamento de campo responde diretamente às necessidades da metodologia de investigação. Técnicas de infiltração, por exemplo, demandam determinados cuidados, especialmente com a segurança do ou da repórter, que devem ser previstos no tópico.

A segurança no jornalismo investigativo entrou no radar de instâncias internacionais de direitos humanos, como o plano de ação nas Nações Unidas para a segurança de jornalistas, que menciona

Vem crescendo, especialmente, a ameaça representada por agentes não estatais, como organizações terroristas e grupos criminosos. Isso merece uma reflexão cuidadosa e sensível aos contextos em que ocorre, sobre as diferentes necessidades dos jornalistas em zonas de conflito e em zonas não conflituosas, bem como sobre os diversos instrumentos legais disponíveis para assegurar sua proteção. (ONU, 2012).

O reforço na proteção das informações, por sua vez, faz frente à técnicas avançadas de vigilância de organismos supra ou até mesmo governamentais, como relata Edward Snowden (Vice, 2016) ao alertar para o armazenamento de fontes em *off*. Englobar a segurança na análise de viabilidade trata-se, portanto, de uma iniciativa preventiva em uma área de impacto para a integridade humana. Autores como Vasconcelos (2008) levantam também a necessidade de proteção ao risco de retaliação judicial após a publicação.

3.7 Orçamento

O tópico do orçamento irá estimar os custos específicos do projeto de acordo com o escopo definido, passando pelos elementos de apuração (diárias, passagens), aquisições necessárias, medidas de segurança e investimentos diversos. Mesmo em projetos

independentes, a dimensão financeira pode impactar os resultados ou o prosseguimento da investigação. Deslocar o tópico para o final do financiamento simboliza a necessidade de analisar a estruturação da pauta, os possíveis resultados (máximo e mínimo), metodologia prevista e potencial de impacto social (e repercussão) antes de considerar o orçamento.

4 Considerações

O artigo propõe, em linhas gerais, a sistematização da metodologia como saída para a reportagem investigativa frente à uma realidade profissional de recursos restritos. Para tal proposta, conjuga os elementos considerados na análise de viabilidade das redações a partir do levantamento de Sequeira (2005) com repórteres brasileiros e a metodologia científica.

O instrumental desenvolvido busca esclarecer a ideia de pauta, as teorizações sobre a pauta, as técnicas de investigação, medidas especiais de segurança e investimento necessário. A partir desse modelo de proposição, o jornalista inserido em um contexto de colaboração externa pode defender sua aposta com mais precisão, bem como os alunos de Jornalismo Investigativo puderam defender suas apostas para o semestre. Entendemos que o método simplificado de indução, o clássico *faro jornalístico*, contempla apenas parte do processo — o surgimento da ideia de pauta, especificamente — mas não é suficiente para projetos de larga escala.

5 Referências

BRAGA, José Luiz. **Para começar um projeto de pesquisa**. Revista Comunicação e Educação. Departamento de Comunicação e Artes da USP ECA/USP, v. 10, n. 3, 2005.

BURGH, Hugo de. **Jornalismo Investigativo: Contexto e Prática**. São Paulo: Roca, 2008. 351 p.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. 125 p.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias**: Um manual para jornalistas. Uruguay: UNESCO, 2013. 89 p.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism**: what newspeople should know and the public should expect. New York: Three Rivers, 2007. 268 p.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. São Paulo: Elsevier, 2005. 188 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2009. 312 p.

LIMA, Samuel. **Ensino do jornalismo investigativo: reflexões pedagógicas e metodológicas**. [S.l.], São Paulo: Abraji, 2017. 16 p. Disponível em: <http://www.abraji.org.br/seminario/PDF/4/Ensino_do_jornalismo_investigativo_reflexoes_pedagogicas_e_metodologicas.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.

NASCIMENTO, Solano. **Os Novos Escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações do Brasil. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010. 111 p.

PLANO de Ação das Nações Unidas para Segurança de Jornalistas. In: Organização das Nações Unidas. 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/segurancadejornalistas/plano-de-acao/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo**: O fato por trás da notícia. São Paulo: Summus Editorial, 2005. 197 p.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 2, n.1, 2005.

STATE of Surveillance with Edward Snowden and Shane Smith. In: VICE. Vice on HBO. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ucRWyGKBVzo>>. Acesso em: 08 de jul. 2018.

VASCONCELOS, Frederico. **Anatomia da Reportagem**. São Paulo: PubliFolha, 2008. 151 p.

ANEXO I. MODELO DE PAUTA INVESTIGATIVA

GRUPO	DESCRIÇÃO & INFORMAÇÕES	OBSERVAÇÕES
1. Proposta de pauta	1.1. Lead	
	1.2. Veículo-Alvo	
	1.3. Formato Previsto	
	1.4. Deadline	
2. Pré-apuração	2.1. Indícios da História	
	2.2. Valores-Notícia	
	2.3. Origem da Pauta	
3. Angulação	3.1. Hipóteses	
	3.2. Resultado mínimo	
	3.3. Resultado máximo	
4. Questões de Partida	4.1. Geral	
	4.2. Específicas	
5. Metodologia da Reportagem	5.1. Fontes Primárias	
	5.2. Fontes Documentais e Dados	
	5.3. Locais de apuração	
	5.4 Técnicas de Apuração	
6. Planejamento do Campo	6.1. Equipe	
	6.2. Inventário	
	6.3. Plataforma de Armazenamento	
	6.4. Medidas de Segurança	
7. Orçamento	7.1. Verba Total: a) Aquisições: b) Manutenção: c) Deslocamento: d) Alimentação: e) Hospedagens: f) Outros:	